



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO N.º : 48610.003526/2009-36
UNIDADE AUDITADA : AGÊNCIA NAC.DO PETRÓLEO, GÁS NAT. E BIOCOMBUSTÍVEIS
CÓDIGO UG : 323031
CIDADE : Rio de Janeiro
RELATÓRIO N.º : 224593
UCI EXECUTORA : 170130

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 224593, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de **16/03/2009 a 08/05/2009**, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela entidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

-AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS

Comparação dos registros das metas físicas e financeiras previstas e realizadas no exercício de 2008 referentes às ações dos Programas 0271 - "Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis" constantes no SIGPLAN e no Relatório de Gestão, bem como avaliação do atingimento dos resultados esperados.

-QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Verificação da adequação dos 40 indicadores de desempenho de 19 unidades organizacionais da ANP relacionados em seu Relatório de Gestão.

-TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Verificação da formalização, bem como dos procedimentos de controle e fiscalização, dos processos referentes aos Convênios n.º 480715, 484358, 526997 e 553633 representando 42,37% do montante de recursos registrados no SIAFI com status "A COMPROVAR", do total de convênios com execução encerrada no exercício de 2008.

-REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Análise da regularidade das licitações e respectivos contratos de uma amostra não probabilística de oito processos licitatórios relativos a contratos vigentes em 2008, dentre os quais um foi celebrado por dispensa (Contrato n.º 4.086), dois por inexigibilidade (Contratos n.º 5.100 e 5.109), quatro por pregão (Contratos n.º 6035, 6060, 9097 e 9131) e um por concorrência (Contrato n.º 1.082). Esses contratos representaram 18,04% do total vigente no exercício de 2008, 50,39% das dispensas, 71,55% das inexigibilidades, 13,32% dos pregões e 71,25% das concorrências.

-REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Verificação dos atos de desligamentos cadastrados no SISAC e das admissões ocorridas no período objeto dos exames, bem como da conformidade dos atos de requisição de servidores para a ANP.

-CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Verificamos a implementação de determinações efetivadas pelo TCU à Unidade no exercício de 2008 em relação ao Acórdão número 568/2008, bem como quanto ao Acórdão 2.649/2007, cuja determinação abrange também o exercício em exame.

-RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A ANP não utilizou recursos externos no exercício de 2008.

-ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Análise do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna da ANP referente ao exercício de 2008 - RAIN/2008 e comparação com a programação prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna relativo ao exercício de 2008 - PAINT/2008.

- CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Verificamos 55 propostas de concessão de diárias (PCDs) e 29 propostas de viagens internacionais (PVIs) realizadas em períodos incluindo fins de semana.

-SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

Verificamos a utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal no período de janeiro a dezembro de 2008, totalizando R\$ 39 mil, o que representa 52% do gasto efetuado pela Agência.

-CONTEÚDO ESPECÍFICO - CONTRATO DE PUBLICIDADE

Análise quanto ao aspecto legal das seguintes peças do processo de contratação: Edital da Concorrência n.º 069/05-ANP, Propostas das Empresas, Contrato n.º 1.082, Aditivos celebrados e processos de pagamento desse contrato, bem como compatibilidade da contratação com a política de propaganda e publicidade da ANP e do governo federal.

II – RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-57/2008 e pelas DN-TCU-94/2008 e 97/2009.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN TCU-94/2008, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

Verificamos os resultados inerentes a cinco Ações referentes ao Programa 0271 – “Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis”, quais sejam:

-Ação 2000 - “Administração da Unidade”;

-Ação 2050 - “Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospeção de Petróleo e Gás Natural”;

-Ação 2379 - “Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural”;

-Ação 2381 - “Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural”; e

-Ação 2391 - “Fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis”.

4.1.1 As metas físicas relacionadas às Ações 2050 e 2391 não foram cumpridas, apresentando custo unitário (R\$ executado/qtde. executada) acima do planejado, conforme dados apresentados na tabela a seguir:

TABELA I - AÇÃO 2050/PRODUTO: ÁREA AVALIADA (KM²)

Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)
2008	Física	230.000	10.200	4
	Financeira	R\$ 156.024.000,00	R\$ 31.527.206,00	20

Fonte: Relatório de Gestão

TABELA II - AÇÃO 2391/PRODUTO: FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)
2008	Física	26.500	19.252	73
	Financeira	R\$ 45.294.052,00	R\$ 39.639.949,00	88

Fonte: Relatório de Gestão

Quanto aos desvios relativos às mencionadas Ações (2050 e 2391), verificamos, quanto à Ação 2050, que o relatório de gestão da ANP apresentou apenas informações das atividades e dos estudos realizados, relacionados à prospecção de Petróleo e Gás Natural, sem apresentar esclarecimentos ou justificativas para os desvios existentes.

Com relação à Ação 2391, verificamos que, em 2008, foram realizadas 19.252 ações de fiscalização, o que representou 72,65% da meta estipulada para o exercício (26.500 ações de fiscalização), com as ações concentradas em agentes considerados prioritários.

Foi justificado, ainda, que uma das causas para o não cumprimento da meta “[...] foi a mudança de foco em 2008[...]” com “[...] grande ênfase aos segmentos, que demandam maior tempo de planejamento e a execução das ações em campo é mais complexa.”

Por fim, consta do Relatório de Gestão da ANP que as ações de fiscalização apresentaram maior eficácia, em função da maior efetividade e abrangência das operações executadas, sendo registrados acréscimos de 47% no número de autuações, 50% no número de interdições e de 126% nas autuações decorrentes da qualidade de produto comercializado.

4.2 QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS E CONTROLES INTERNOS IMPLEMENTADOS PELA GESTÃO

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis vem realizando um projeto de criação e desenvolvimento de indicadores de desempenho que teve início em 2006, visando atender às Decisões do Tribunal de Contas da União - TCU no 243/2001 - Segunda Câmara e no Acórdão 553/2002 - Segunda Câmara e demandas da CGU.

Em 2008, foram apurados 40 indicadores de 19 unidades organizacionais que, no geral, demonstraram melhora no desempenho da ANP em 2008, em relação a 2007.

Verificamos melhores resultados em 16 indicadores, permanecendo 21 estáveis e, em apenas um indicador, resultado inferior a 2007, sendo que todos os segmentos (*upstream* - diz respeito a fase de exploração e produção do óleo cru e gás natural; *midstream* - refere-se a estocagem, transporte e comercialização das commodities; e *downstream* - diz respeito ao refino e distribuição dos derivados).

Registramos que os indicadores apresentados atendem aos critérios de simplicidade, baixo custo de obtenção, facilidade de acesso às informações necessárias ao seu cálculo, estabilidade das variáveis e dos procedimentos de obtenção e seletividade. Entretanto, a maior parte dos indicadores não é independente, em razão de estarem, os indicadores, sujeitos a demandas externas, sobre as quais o ANP não possui capacidade de ingerência.

4.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

De acordo com informações extraídas do SIAFI Gerencial, bem como de relatórios fornecidos pela área responsável da ANP, de um total de 5 convênios celebrados, com execução encerrada no exercício de 2008, em que a ANP figura como concedente, no montante de R\$ 14.498.042,28, efetuamos amostra listada na tabela a seguir, cujo critério de seleção se justifica a existência de significativos valores na condição de "a comprovar", com prazo de prestação de contas e vigência já expirados, sem registro de inadimplência no SIAFI, bem como pela criticidade da área "transferências voluntárias" na unidade, aferida nos últimos relatórios de auditoria de gestão.

TABELA III – CONVÊNIOS EM QUE A ANP FIGURA COMO CONCEDENTE.

Número do convênio	Início da vigência	Fim da vigência	Conveniada	Valor (R\$)	Valor a comprovar
480715	08/AGO/2003	29/JUL/2008	Campo Escola – Fumpec/RN	13.210.000,00	2.250.000,00
484358	31/OUT/2003	30/OUT/2008	CIEE	2.573.154,00	542.953,00
526997	01/SET/2005	31/DEZ/2008	Marinha	12.100.000,00	1.500.000,00
553633	21/DEZ/2005	31/DEZ/2008	Marinha	11.100.000,00	1.850.000,00

Fonte: Siafi Gerencial.

A amostra representa 42,37% do montante de recursos registrados no SIAFI com status “A COMPROVAR”, do total de convênios com execução encerrada no exercício de 2008.

As análises realizadas por esta equipe de auditoria contemplaram a formalização dos convênios, as aprovações dos planos de trabalho, as minutas e termos aditivos, as cláusulas dos termos, a tempestividade e a formalização das prestações de contas, a elegibilidade das despesas e a existência de conta corrente específica, nos casos pertinentes.

Quanto ao convênio n.º 480715, informamos que o volume I de sua respectiva prestação de contas não foi disponibilizado até o fim dos trabalhos de campo desta equipe de auditoria.

Foram analisados os convênios n.º 484358 e 526997, escolhidos segundo critérios de materialidade, relevância e tipo de objeto, dentro do escopo desta auditoria de avaliação de gestão, tendo sido evidenciadas as seguintes impropriedades e inconsistências:

- Falhas na especificação e definição do Plano de Trabalho, e na formalização do termo de convênio, no que tange à ausência de cláusulas exigidas pela IN 01/97;

- Aprovação de prestação de contas com existência de pagamentos não previstos no Plano de Trabalho, com ausência de documentos exigidos pela IN 01/97;

- Impropriedades em faturas, recibos e notas fiscais apresentados no processo de prestação de contas;

- Pagamentos de serviços e compras referentes a convênios diferentes, em valores fracionados comprovados pela mesma nota fiscal.

- Falhas no planejamento, acompanhamento e na fiscalização dos convênios n.º 484358 e 526997, celebrados pela ANP, na condição de órgão concedente.

- Liberação de recursos referentes à 3ª parcela sem apresentação da prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada.

- Impropriedades na abertura e movimentação de conta bancária utilizada para execução financeira do convênio n.º 484358, celebrado pela ANP, na condição de órgão concedente.

- Falhas no processo de registro de aprovação da prestação de contas no SIAFI.

A ANP celebrou, durante o exercício de 2008, 2 (dois) convênios na condição de conveniente, no valor total de R\$ 20.400.000,00, que foram selecionados para análise, conforme os dados da tabela a seguir:

TABELA IV – CONVÊNIOS EM QUE A ANP FIGURA COMO CONVENIENTE.

Número do convênio	Data	Fim da vigência	Concedente	Valor (R\$)
620644	08/JAN/2008	08/JAN/2010	FINEP	1.000.000,00
634537	17/OUT/2008	17/OUT/2009	FINEP	19.400.000,00

Fonte: Siafi Gerencial.

Foram analisados os convênios n.º 620644 e 634537, celebrados com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), cuja avaliação teve como objetivo identificar a aderência dos objetos pactuados aos objetivos dos Programas/Ações Governamentais previstos no Plano Plurianual 2008-2011.

Não foram identificadas incompatibilidades entre os objetos pactuados nos convênios n.º 634537 e 620644, e seus respectivos programas intitulados “Programa de Recursos Humanos para o setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis”, e “Projeto de Certificação Compulsória de Biocombustíveis”, com os objetivos dos Programas/Ações Governamentais previstos no Plano Plurianual 2008-2011.

4.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

As contratações realizadas pela autarquia ficaram distribuídas da seguinte forma:

TABELA V - DISTRIBUIÇÃO DAS LICITAÇÕES VIGENTES EM 2008

MODALIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	DISTRIBUIÇÃO
CONCORRÊNCIAS	9.229.974,53	7,0986%
CONSULTAS	56.916.760,92	43,7735%
CONVITE	81.779,85	0,0629%
DISPENSAS	3.968.935,80	3,0524%
INEXIGIBILIDADES	11.251.219,45	8,6531%
PREGÕES	48.576.931,98	37,3595%
TOTAL DE LICITAÇÕES EM 2008	130.025.602,53	100,0000%

Fonte: Extração realizada no SIAFI Gerencial

Da análise da tabela anterior, devemos destacar que concorrência, consulta, convite e pregão representaram 88,29% do total das licitações em 2008, ao passo que dispensa e inexigibilidade corresponderam a 11,71%, o que indica um esforço da entidade para prover maior transparência e agilidade a suas licitações.

Entretanto, destaque-se o exame realizado sobre o processo n.º 1.277/2008-63, referente ao Contrato n.º 5.109, celebrado por inexigibilidade e que tinha por objeto a renovação, por doze meses, da manutenção de licenças dos softwares Geoframe e Petrel e suporte local.

Nos exames procedidos, verificamos que, além de ter sido demorada a contratação, não foram apresentados documentos, manifestação fundamentada ou pesquisa de preços que atestassem a vantagem da contratação da manutenção dessas licenças sobre a aquisição de outros softwares.

Entretanto, pelo fato de o contrato ter sido assinado em 16/12/2008, optamos por emitir a Nota de Auditoria n.º 217706/01, de 28/04/2009, a fim de que essa documentação seja anexada ao processo.

Em vista do exposto anteriormente, concluímos que essa contratação foi adequada, pois foi esclarecido que o valor de manutenção desse *software*, mais robusto e mais apropriado para objeto do contrato que o da concorrente, saiu abaixo do que seria desembolsado na aquisição feita junto a essa empresa.

4.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Verificamos 632 processos de admissão, 16 de aposentadoria e 6 de pensão, em um total de 654 processos.

Identificamos que todos os 632 atos de admissão foram enviados ao TCU com parecer pela legalidade, sendo 279 deles referentes a admissões ocorridas no exercício de 2008. Verificamos, ainda, a compatibilidade entre o grau de escolaridade e os respectivos cargos exercidos pelos servidores da ANP, não tendo sido observado qualquer situação imprópria ou irregular.

Com respeito às concessões de aposentadorias e pensões, do cruzamento entre as bases de dados do SIAPE e SISAC, verificamos o correto cadastramento no Sistema do Tribunal de Contas de todos os atos examinados.

A ANP, ao final do exercício de 2008, possuía 848 servidores, distribuídos nas seguintes situações funcionais:

TABELA VI – TOTAL DE SERVIDORES DA ANP POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

SITUAÇÃO SERVIDOR	QUANTIDADE
ATIVO PERMANENTE	611
APOSENTADO	14
REQUISITADO	24
NOMEADO PARA CARGO EM COMISSÃO	104
CEDIDO	2
REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS	9
EXERC. DESCENT. CARREIRA	22
EXERCÍCIO PROVISÓRIO	1
ESTAGIÁRIO	53
BENEFICIÁRIO DE PENSÃO	8
TOTAL DE SERVIDORES	848

Fonte: SIAPE (transação GRCOSITCAR)

Em comparação com o quantitativo de pessoal aferido no final do exercício de 2007, fazemos as seguintes considerações:

- o número de servidores ativos permanentes aumentou de 372, ao final do exercício de 2007, para 611, no fim de 2008, um acréscimo de aproximadamente 64%. O aumento decorreu da realização de um concurso público realizado em meados do ano de 2008, visando recompor o quadro de pessoal ativo permanente da ANP.
- O quantitativo de estagiários passou de 85, em 2007, para 53, em 2008, uma redução de aproximadamente 38%, que decorreu de

alterações na quantidade de vagas de estágio autorizadas para a ANP, feitas pelo Ministério do Planejamento.

- Foram requisitados 24 (vinte e quatro) servidores em 2008, frente às 40 (quarenta) requisições no fim do ano anterior, representando uma redução de 40% no quantitativo de servidores requisitados pela ANP. Foram analisados 10 processos de requisição de servidores, com ônus para o órgão cedente, tendo sido verificada a conformidade de todos com a legislação pertinente.

4.6 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Efetuamos testes em dois dos Acórdãos do TCU com determinações emanadas para o exercício de 2008 - n.º 2.649/2007 - Plenário e n.º 568/2008 - Plenário e verificamos que a Agência atendeu as determinações.

Apresentamos, a seguir, resumo acerca do atendimento de todas as determinações exaradas, sendo que, no caso dos Acórdãos não testados, o atendimento foi considerado com base na exposição apresentada no Processo de Prestação de Contas.

TABELA VII - DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PARA IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

Acórdão	Pendentes		Implementadas	
	Qtd.	Percentual	Qtd.	Percentual
2.649/2007 - PLENÁRIO	0	0,00%	1	100,00%
568/2008 - PLENÁRIO	0	0,00%	1	100,00%
1.283/2008 - PLENÁRIO	0	0,00%	1	100,00%

Fonte: processo de prestação de contas

4.7 PROGRAMAS E PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A ANP não executou projetos, nem programas financiados com recursos externos e/ou em cooperação com organismos internacionais no exercício de 2008.

4.8 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Verificamos, com base na informação sobre o acompanhamento da execução da versão do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna apresentada pela Auditoria Interna, que, das oito atividades previstas para o primeiro semestre de 2008, a Auditoria Interna informou ter executado seis e no segundo semestre, das onze atividades previstas foram realizadas apenas cinco, sendo que destas cinco, duas já tinham sido previstas/realizadas no primeiro semestre.

Assim, verificamos que a Auditoria Interna da Agência Nacional do Petróleo realizou, em 2008, 58% dos trabalhos previstos para o exercício.

Com relação ao cumprimento parcial das metas estabelecidas no PAINT de 2008 a Auditoria Interna apresentou a seguinte manifestação:

“O PAINT 2008 não foi cumprido como previsto, pois a expectativa de data de recebimento de novos servidores não foi atendida. Saliento que o atraso na chegada dos

novos servidores deve-se a determinação do Ministério do Planejamento.

Esperamos que com a melhora na remuneração dos Analistas e a disponibilidade de treinamento dos servidores, hoje lotados na área, possamos melhor atuar. Outrossim, a Auditoria Interna está pleiteando mais um servidor e um estagiário para a área”.

Concordamos que a carência de servidores na Auditoria Interna comprometeu o cumprimento do PAINT e registramos, no item 7.1.1.1 do anexo a este relatório, as observações relativas às ações implantadas durante o exercício em exame.

4.9 CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Em análise de amostra composta por 55 propostas de concessões de diárias (PCDs) e 29 propostas de viagens internacionais (PVIs) realizadas em finais de semana durante o exercício de 2008, verificamos a ausência de justificativa ou a presença de justificativa insuficiente para o pagamento de diárias em finais de semana.

Verificamos, ainda, em 18 processos analisados, a ausência dos canchotos dos cartões de embarque, o que contraria o art. 3º da Portaria MPOG n.º 98/2003.

As falhas apontadas foram tratadas por meio da Nota de Auditoria 217706/02, emitida em 28/04/2009.

4.10 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

Os gastos analisados apresentaram-se adequados quanto à legitimidade do uso do cartão. Cabe registrar que na análise realizada não foi identificada a utilização de CPGF na modalidade saque.

A amostra analisada foi composta pelos gastos efetuados por quatro portadores do CPGF, no período de janeiro a dezembro de 2008, totalizando R\$ 39 mil, o que representa 52% do gasto efetuado pela UG 323031.

4.11 CONTEÚDO ESPECÍFICO

Da análise do processo de contratação da agência de publicidade, devemos destacar as seguintes observações:

a) o processo de planejamento, execução e supervisão das atividades publicitárias desenvolvidas envolvem a Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República (SECOM-PR), e, no âmbito do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (SICOM), a ANP e os demais integrantes.

b) esse processo é supervisionado pela SECOM-PR, pois deve seguir a linha de comunicação do governo federal;

c) todas as veiculações são submetidas à aprovação dessa secretaria;

d) a contratação foi realizada com ampla divulgação e respaldada pela Procuradoria Geral (parecer jurídico) e pela Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa (SFA).

5. Entre as constatações identificadas pela equipe, não foi possível efetuar estimativa de ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente certificado de auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, detalhadamente consignadas no Anexo-"Demonstrativo das Constatações".

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2009



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO Nº : 224593
UNIDADE AUDITADA : AGÊNCIA NAC.DO PETRÓLEO, GÁS NAT. E BIOCOMBUSTÍVEIS
CÓDIGO : 323031
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO Nº : 48610.003526/2009-36
CIDADE : RIO DE JANEIRO

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2008 a 31Dez2008.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pela(s) unidade(s), bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria.

3. Em nossa opinião, diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 224593 considero:

3.1 No que concerne à gestão dos responsáveis constantes do art. 10 da IN TCU nº 57/2008:

3.1.1 REGULAR com ressalvas a gestão dos responsáveis a seguir listados:

CPF	NOME	CARGO
"Nome e CPF protegidos por Sigilo"		SUPERINTENDENTE DE RH

FALHA(S) MEDIA(S)

2.1.2.1

Falhas na execução, acompanhamento e fiscalização e no processo de formalização, liberação de recursos e aprovação da prestação de contas do convênio n.º 484358, celebrado entre a ANP e o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), no valor de R\$ 2.573.154,00, (dois milhões, quinhentos e setenta e três mil, cento e cinquenta e quatro reais).

CPF	NOME	CARGO
"Nome e CPF protegidos por Sigilo"		DIRETORA

FALHA(s) MEDIA(s)

3.1.2.1

Falhas na execução, acompanhamento e fiscalização, e no processo de formalização, liberação de recursos e aprovação da prestação de contas, do convênio n.º 526997, celebrado com a Diretoria de Portos e Costas, da Marinha do Brasil, no valor de R\$ 12.100.000,00, (doze milhões e cem mil reais).

3.1.2 REGULAR a gestão dos demais responsáveis tratados no mencionado Relatório de Auditoria.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2009

JESUS REZZO CARDOSO
CHEFE DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO/RJ



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO Nº : 224593
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO Nº : 48610.003526/2009-36
UNIDADE AUDITADA : ANP
CÓDIGO : 323031
CIDADE : RIO DE JANEIRO

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. No exercício de 2008, conforme registro no relatório de gestão, a ANP assinou 156 Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural em decorrência da realização da nona e décima Rodadas de Licitação de Blocos. No que se refere aos estudos e levantamentos geológicos e geofísicos aplicados à prospecção de petróleo e gás natural destaca-se a conclusão do mapeamento dos Sistemas Petrolíferos das Bacias do Recôncavo e Tucano do Sul e a conclusão do mapeamento e modelagem dos Sistemas Petrolíferos das Bacias do Cumuruxatiba e Espírito Santo.

4. As principais constatações dizem respeito ao gerenciamento dos convênios, em razão da identificação de fragilidades que perpassam todas as etapas do fluxo (definição do plano de trabalho, liberação de recursos, execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas).

5. As principais causas para as constatações consignadas no relatório de auditoria são fragilidades nos controles internos da área de convênios, a ineficiência no acompanhamento e fiscalização do objeto conveniado e ausência de capacidade técnica para realização de análise das prestações de contas. Visando à regularização das constatações a CGU elaborou recomendações que

permeiam toda o fluxo de convênio, solicitando maior rigor na análise técnica do Plano de Trabalho, fiscalização efetiva da aplicação dos recursos do convênio e avaliação mais rigorosa das prestações de contas.

6. Com base nos exames realizados, verificou-se que os controles internos implementados pela ANP na área de convênios ainda carecem de aprimoramentos, já que os mesmos não se mostraram adequados o suficiente para evitar as falhas identificadas.

7. Em relação às práticas administrativas que resultaram em impactos positivos para a entidade, destaca-se o desenvolvimento e aplicação do sistema de indicadores de desempenho para avaliação e acompanhamento das atividades realizadas pela Agência. Também, no exercício de 2008, visando conferir maior transparência às rodadas de licitações, foi criada a área de mapeamento e aprimoramento dos processos internos da Superintendência de Promoção de Licitações.

8. No âmbito da CGU, está em andamento auditoria operacional com o objetivo de avaliar a sistemática de cálculo e os controles mantidos pela ANP sobre o volume de recursos repassados a título de royalties para os beneficiários. O Resultado desse trabalho será encaminhado ao TCU para juntada às contas da Entidade.

9. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII, art. 12 da IN/TCU/N.º 57/2008 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 25 de junho de 2009

WAGNER ROSA DA SILVA
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA